

**REFLEXÕES PARA A PRODUÇÃO
DE UMA HISTÓRIA CRÍTICA
DA FILOLOGIA PORTUGUESA E BRASILEIRA**

Marinês de Jesus Rocha (UESB)

marines.jr@hotmail.com

Marcello Moreira (UESB)

moreira.marcello@gmail.com

RESUMO

Objetivamos aqui tratar dos critérios apropriados para a escrita de uma história das teorias e métodos filológicos portugueses e brasileiros, a partir da tradição historiográfica do século XX, uma vez que as proposições de estudos críticos, há mais de um século, tanto no Brasil quanto em Portugal, constituem a reprodução de lugares – comuns em relação às etapas necessárias para a “restituição” do texto conforme “a última vontade do autor”, já que essa é a “função substantiva” da crítica textual e todos os esforços do filólogo devem ser pensados a partir dessa finalidade, como bem ensina Segismundo Spina (1977). Sendo assim, patenteamos procedimentos convenientes para a escrita de uma história da filologia que se articule à historicidade de métodos, teorias, categorias e critérios críticos e que possibilitem a demonstração das limitações de sua aplicabilidade para tornar inteligível muitos dos materiais que os filólogos aderentes de um modelo crítico objetivam apreender.

Palavras-chave: Lachmannismo. Edição crítica. Historiografia.

1. Introdução

Desde os filólogos, cujos trabalhos emergiram no final século XIX, no mundo português, como Carolina Michaëlis de Vasconcellos, José Leite de Vasconcellos e Teófilo Braga, a crítica textual tem reproduzido a mesma função, ao pôr em funcionamento os preceitos críticos lachmannianos, que são atualizados e geram um duplo problema histórico, como o evidencia Marcello Moreira (2011). Esse fato resulta da permanência de modelos utilitários e imóveis, sem haver, por parte dos pesquisadores, reflexões que recaíssem sobre a própria disciplina e a validade histórica de conceitos críticos e categorias operacionais, reflexão crítica ausente também na análise dos materiais que são apropriados pelos filólogos, os quais são modelizados para se encaixarem nas prescrições da corrente de estudos a que eles se filiam.

O lachmannismo costuma ser o primeiro modo de tratar da edição de textos que a maioria dos filólogos mantém contato ao empreenderem suas pesquisas, que normalmente se vinculam direta ou indiretamente a

esse modelo crítico, sobretudo no que diz respeito à função primordial de “restituição” do “texto genuíno”, pois a “recuperação” é a principal condição para que se possa proferir alguma consideração a respeito da qualidade de qualquer “texto”.

Em *Crítica Textualis*, Marcello Moreira (2011) demonstra, no caso do conjunto de poemas atribuídos a Gregório de Mattos e Guerra, que o resultado de tal perspectiva está ligado, dentre outras coisas, à “separação dos códigos linguísticos dos códigos bibliográficos” (MOREIRA 2011, p. 49), devido, principalmente, aos problemas referentes à utilização da palavra “texto” nas formulações derivadas do método de Lachmann e o seu reflexo no tratamento dos ditos poemas. Nesse contexto, estudos que tratam das dificuldades com relação a essa validade “transistórica” das categorias operacionais e dos conceitos críticos do método em questão constituem uma base fundamental que alicerça a proposta de análise da dispersão e do domínio do lachmannismo no mundo português.

O empreendimento de um estudo cujo objetivo seja a elucidação do modo como o lachmannismo filológico se disseminou no mundo lusófono, no século XIX, partindo de uma perspectiva que não seja a comum apropriação de conceitos e categorias que se tornaram lugares – comuns, quando se fala em edição de textos, segundo Marcello Moreira (2011) e João Adolfo Hansen & Marcello Moreira (2013), não pode apartar-se das considerações historiográficas nesse campo de estudos, as quais evidenciam que o trabalho crítico não pode ser “uno” e independente dos avanços na área de estudos da qual faz parte. De modo apropriado, João Adolfo Hansen & Marcello Moreira (2013) nos apresentam as funções sociais e políticas que permeiam a emergência no século XIX, no Brasil, da filologia lachmanniana com a finalidade de “restituir” a “genuinidade” dos “textos”, conforme a “última vontade autoral” e como ela se manteve de forma resistente até os dias atuais. A escassez de impacto e confronto no campo filológico das inúmeras discussões historiográficas do século XX é fundamental quando nos propomos a traçar uma cronologia de autores de estudos críticos filológicos no mundo português, partindo das restrições criadas pela historicidade de métodos e categorias.

2. Contribuições para a escrita de uma história da crítica textual no mundo lusófono

Algumas pesquisas, que associam o que pertence ao campo filo-

lógico ao que é de cunho historiográfico, nos permitem afirmar que a raridade de modificações geradas pelo avanço dos conhecimentos desse, na crítica textual, é passível de percepção, quando se realiza uma análise de estudos que dizem respeito à edição de textos, tanto no mundo lusófono quanto no Brasil, uma vez que nos levam diretamente ao método de crítica textual lachmanniano ou nos permite inferir o seu uso através de uma apropriação de conceitos e categorias pelos filólogos. Uma possibilidade de crítica, ao traçarmos um fio temporal, com os principais nomes, obras e cronologia da filologia no mundo lusófono, nos é sugerida por tais estudos, uma vez que nos ensinam a respeito da necessidade de que o método seja o primeiro alvo de um estudo crítico e reflexivo.

Quando a utilização dos mesmos procedimentos críticos, desses mesmos conceitos e categorias operacionais, une, como o demonstra Marcello Moreira (2011), “tradições textuais” diferenciadas historicamente, já que elas recebem o mesmo tratamento crítico, por parte do pesquisador, a disciplina deixou de se renovar. As motivações para essa “inércia” que define os estudos filológicos no Brasil e para o modo como os pesquisadores se isentaram de pensar em um outro modo de lidar com os objetos que objetivam se apropriar, são demonstradas por João Adolfo Hansen & Marcello Moreira (2013):

[...] O que se censura à filologia de base neolachmanniana é que, sob sua aparente neutralidade, em sua ingenuidade real ou fingida, em sua busca pela restituição do texto dito genuíno, ela porta consigo um sistema de valores que, no Brasil, talvez por ideologia, se tem julgado como portador de validade transistórica. É como se o que respeitasse às tradições a serem editadas fosse apenas contigencialmente histórico e também como se a interpretação fosse ao mesmo tempo uma projeção idealizada e “crítica” do interpretado. Ainda somos herdeiros de uma prática filológica em que, a par da busca por objetividade - que é controlada metodicamente, por mais problemáticos que os métodos sejam, é o que se crê [...] há elementos politicamente motivados, sem que hoje em dia tenhamos ideia de sua constante presença. (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 69-70)

A complexa manutenção da “ideologia”, de tal modo que parece não haver mudanças e transformações na história (BLANKE, 2006, p. 27-64), pelos lachmannianos, algo que também não é alvo de discussões, permite compreender o seu distanciamento de estudos que poderiam implicar sua própria revisão, levando ao questionamento de conceitos e finalidades que estão presentes em manuais que guiam os iniciantes na área, no caso do Brasil, publicados por Segismundo Spina (1977) e Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1987), ainda nos dias de hoje. Esse cenário de distanciamento entre os trabalhos publicados na área da crítica

textual e a historiografia direciona o estudo das primeiras fontes do método lachmanniano em Portugal e no Brasil, com o fim de realizar uma retomada dessa disciplina histórica, que não possui “fins autocomemorativos” (DOSSE, 2003):

As rupturas necessárias para reconhecer-se como disciplina de caráter científico deixaram sobre a margem potencialidades inexploradas de um passado que sempre precisa ser reinterrogado quanto ao nosso presente. A interrogação sobre noções e conceitos utilizados pelos historiadores hoje não pode mais eliminar a volta ao passado da disciplina, não para fins autocomemorativos, mas para entrar plenamente em uma nova era, aquela do momento reflexivo da operação histórica. (DOSSE, 2003, p. 11)

A relação entre o método que define o único modo eficaz de produzir uma “edição crítica”, cujo objetivo é a “restituição” do “texto” autoral e a sua “função política de construção de representações coesivas e identitárias” (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 41), desde a sua emergência no século XIX é um dos problemas dessa disciplina que visa ao estudo dos textos “literários”. A sua função assim definida não passou por modificações, no decorrer do tempo, uma vez que “ao lidar com as tradições que são seu objeto, a filologia do século XIX e as dos séculos XX e XXI que são suas herdeiras, dando – lhe continuidade, entenderam “tradição” como o processo histórico de ‘transmissão e destruição de lembranças, imagens, objetos, textos’” (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 70-71). Desse modo, em nossa proposta, nos fundamentamos nesse posicionamento referente ao modo como a “tradição” foi compreendida e apreendida pelos lachmannianos, ao produzirmos uma história de tipo prosopográfico⁷⁰, que elucide as relações entre pesquisadores, considerando-se as relações geracionais e intergeracionais.

Massimo Mastrogregori (2006, p. 65-93) demonstra como a “tradição das lembranças”, em uma de suas vertentes se tornou um objetivo privilegiado da historiografia. No caso da configuração da filologia portuguesa e brasileira, a “tradição” foi reduzida ao que se acredita ser passível de “reconstituição” e deve ser preservado e levado às gerações futuras, enquanto o “processo” foi restringido “ao ato de copiar e errar” (HANSEN & MOREIRA, 2013) uma vez que “as ações destrutivas e as dispersões” (MASTROGREGORI, 2016, p. 70) que lhes são inerentes, foram deixadas de lado. Nesse entendimento há muitas falhas no que diz respeito à historicidade do “processo”:

⁷⁰ Para o entendimento do modo como se compõe uma história de tipo prosopográfico: (STONE, 2011, p. 115-137)

A tradição, como produto de um processo, sofreu e sofre a ação das mais variadas forças históricas, podendo ser hoje consideradas por muitos – o que constitui etapa desse mesmo processo – como restos de um circuito comunicacional que a filologia tem sonhado recuperar, ao menos no que respeita ao resgate da mensagem em seu estado primeiro; como produto do exercício das formas de domínio e de direito (por exemplo, da propriedade), relativamente a um campo disciplinar ou a campos disciplinares complementares e/ou concorrentes (Filologia e História Literária, por exemplo), que reservam para si o *ius* de legitimar as tradições na medida em que delas se apoderam por meio de seus métodos críticos. (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 72-73)

Ao compreenderem os procedimentos de estudos dos textos “literários” pelo viés da relação entre “conservação e destruição de lembranças”, os aderentes ao método em questão, desviando-se da análise histórica de preceitos e de materiais que visam a se apropriar, entendem que é fundamental “reconstituir” o “texto genuíno” ao eliminar os “erros” que nele se encontram devido ao processo de transmissão, já que a crítica textual não se desvinculou da “afirmação de uma ideologia” (BLANKE, 2006, p. 27-64), o que está intimamente relacionado ao fato de que “a transmissão da lembrança e da imagem do passado é frequentemente ligada ao exercício do poder” (MASTROGREGORI, 2006, p. 72). Proposições distintas dessa visão “teleológica” nos são oferecidas por estudos críticos que nos permitiram entender, em um outro momento, no que diz respeito ao contexto sócio-histórico do surgimento e canonização de um método, é preciso “analisar as condições históricas de sua produção e a tradição textual frente a que ele foi formulado, comparando-se esta com aquela com o filólogo lida nos dias de hoje. (ROCHA, 2016, p. 55)

Desse modo, a manutenção da mesma função de restituição e a crença na necessidade de uma limpeza, cujo fim é a retificação ou “correção” de todos os “erros” que interfeririam no processo de transmissão histórica de um determinado “texto” é um problema na compreensão da historicidade do método lachmanniano e também de cada um dos objetos que são editados criticamente e que reflete nos resultados apresentados pelo filólogo:

[...] Os textos autorizados são aqueles ditos *críticos*, modelados a partir de um método e de seus pressupostos invariáveis frente a tradições historicamente muito variáveis. Pode-se dizer que a filologia praticada por muitos filólogos tem um metaestatuto irrefletido e é ele que afiança a modelização e a legitimação das tradições restituídas. A filologia dos neolachmannianos instituiu como comunicação “competente” a que é centrada na figura do autor, circuito comunicacional fechado, em que produção, publicação e apropriação estão predeterminadas pelo preconceito que os filólogos têm do próprio circuito. (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 73)

3. Considerações finais

As propostas de estudo que comprovam a existência de um afastamento, no campo filológico, entre a história dos métodos, teorias, conceitos e categorias críticos e os avanços historiográficos, parecem ser o caminho mais viável para a consecução do estudo que nos propomos a produzir e que visa a traçar uma sequência temporal entre os autores de trabalhos cuja ênfase seja a crítica textual, de tal modo que se evidencie a “circularidade” na atualização de conceitos lachmannianos.

Nesse sentido, para que possamos proceder à desconstrução de categorias e princípios, por meio de uma crítica da prática filológica, não podemos nos desviar do fato de que a “unificação” de todos os materiais apropriados pelo filológico sob o mesmo método crítico torna clara a questão da historicidade deste e também daqueles, pelas particularidades espaço-temporais de ambos.

A composição de uma história crítica da filologia portuguesa e brasileira não é possível sem uma articulação entre o histórico e o historiográfico, como referenda Marcello Moreira (2011), quando se objetiva evitar a reprodução de modelos que, diante de uma avaliação de sua historicidade possam ter sua validade comprometida ou anulada, embora seu uso seja comum e verossímil para muitos filólogos. Como afirma também François Dosse (2003), há possibilidades outras para as disciplinas históricas, que vão além de uma ação “comemorativa”, já que “a função da história permanece, portanto, viva e o luto das visões teleológicas pode tornar-se uma chance de repensar o mundo do amanhã”. (DOSSE, 2003, p. 10)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Ars Poética; São Paulo: Edusp, 1987.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 27-64.

DOSSE, François. *A história*. Trad.: Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: Edusc, 2003.

HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra*. Letrados, manuscritos

tura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII, vol. 5. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-93.

MOREIRA, Marcello. *Crítica textualis in caelum revocata?* Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

ROCHA, Marinês de Jesus. *Crítica textual neolachamanniana e memória disciplinar: os lugares comuns críticos da filologia brasileira*. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115-137. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/pdf/238/23819495009.pdf>>